



# ALEXANDRIA

Revista de Educação em Ciência e Tecnologia

## Conceito de Riqueza e Educação Financeira como Prática de Si: Composições Históricas

*Concept of Wealth and Financial Education as Self-practice: Historical Compositions*

Jéssica Ignácio de Souza<sup>a</sup>; Cláudia Regina Flores<sup>b</sup>

<sup>a</sup> Professora de matemática na Educação Básica, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – [jessica\\_isouza@hotmail.com](mailto:jessica_isouza@hotmail.com)

<sup>b</sup> Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – [clareginaflores@gmail.com](mailto:clareginaflores@gmail.com)

**Palavras-chave:**  
Educação financeira.  
História da educação matemática. Currículo.

**Resumo:** Uma educação financeira se inscreve na Base Nacional Comum Curricular em articulação aos conteúdos da matemática que se ensina na escola. Além disso, nota-se um interesse no campo da pesquisa em Educação Matemática, que passa a tomar a educação financeira como um problema a ser investigado para os processos de ensino e aprendizagem. Isso posto, objetiva-se apresentar reflexões sobre a inserção do tema educação financeira no currículo da matemática escolar analisando a relação histórica entre dinheiro, riqueza e bens materiais e a constituição de subjetividades. Para isso, problematizamos sobre a riqueza ao apresentar os conselhos de conduta de textos da Antiguidade e, a partir das contribuições de Michel Foucault, mostramos como essa questão foi formada e tratada no Renascimento, Classicismo e sua passagem à Modernidade. Por fim, mostraremos como a educação financeira pode constituir subjetividades e como pode ser constituída pela *episteme* atual.

**Keywords:**  
Financial education.  
History of mathematics education. Curriculum.

**Abstract:** Financial education is included in the Common National Curricular Base articulated with school mathematics contents. In addition, there is an interest in the field of research in Mathematics Education, which takes financial education as a problem to be investigated for the teaching and learning processes. That said, the objective is to present reflections on the insertion of the theme of financial education in the curriculum of school mathematics, analyzing the historical relationship between money, wealth and material goods and the constitution of subjectivities. For this, we problematize about wealth by presenting the advice on conduct of texts from Antiquity and, based on the contributions of Michel Foucault, we show how this issue was formed and dealt with in the Renaissance, Classicism and its passage to Modernity. Finally, we will show how financial education can constitute subjectivities and how it can be constituted by the current *episteme*.



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## Educação financeira: um tema atual?

Dentre os conteúdos indicados a serem trabalhados nas aulas de matemática da Educação Básica emerge um **tema**<sup>1</sup> chamado educação financeira. No que se refere aos documentos indicadores de currículo, o tema se apresenta na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), entretanto, um movimento internacional vem se constituindo há quase uma década a partir da disseminação de documentos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como o *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness* (OCDE, 2005), que recomenda aos países, dentre outras coisas, que a educação financeira deve estar na escola. Além disso, pesquisadores do campo da Educação Matemática estudam o tema pelo menos desde 2012<sup>2</sup>.

Ora, tratando-se de pesquisa histórica, parece-nos ainda uma temática recente. Porém, do lugar onde estudamos, pesquisamos e escrevemos<sup>3</sup>, não é objeto de preocupação definir uma origem no sentido de gênese, mas problematizar o presente em análise com os problemas do passado. Com um estudo inspirado na genealogia (FOUCAULT, 2017), interessa-nos analisar as condições políticas, econômicas e sociais que possibilitaram a emergência do tema educação financeira no currículo da matemática escolar<sup>4</sup>, o que significa considerar a origem como *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (emergência). Em termos de proveniência, buscamos considerar e apresentar os acontecimentos<sup>5</sup> múltiplos e heterogêneos presentes na constituição do sujeito e de suas identidades. Significa perguntar, no campo de estudos que propõe pensar a matemática que se ensina na escola, que tipo de sujeito se constitui na trama histórica para que determinados conteúdos, ou **tema** que se entrelaça aos conteúdos, se façam presentes no currículo escolar. Em termos de emergência, buscamos tratar dos acontecimentos no que se refere às relações de poder neles envolvidas, procurando ver as estratégias e táticas que se engendram considerando o estado de forças do momento. Trata-se de mostrar como emergem os discursos que forjam regras para o espaço de confronto e de que modo as forças operam.

Nesse sentido, apresentamos no presente artigo uma problematização sobre a inserção do **tema** educação financeira no currículo da matemática escolar analisando a relação

<sup>1</sup> Tema enquanto assunto ou, algo semelhante ao conceito musical, enquanto fragmento melódico ou rítmico que é base para a composição de uma peça e que sempre retorna ao longo dessa, por vezes de maneira diferenciada.

<sup>2</sup> Uma pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT), inserindo os termos “educação financeira” e “matemática” no mecanismo de busca e optando pelo campo “assunto”, resultou em 117 trabalhos, sendo 113 dissertações e quatro teses.

<sup>3</sup> Grupo de Estudos Contemporâneos e Educação Matemática (GECEM).

<sup>4</sup> Objeto da tese de Jéssica Ignácio de Souza (SOUZA, 2021).

<sup>5</sup> “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas a relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma denominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2017, p. 73).

histórica entre dinheiro, riqueza e bens materiais e a constituição de subjetividades. Para isso, analisamos o saber sobre a riqueza ao apresentar os conselhos de conduta de textos da Antiguidade<sup>6</sup> e, a partir das contribuições de Foucault (2000), mostramos como essa questão foi formada e tratada no Renascimento, Classicismo e sua passagem à Modernidade. Isso, pois, para vermos como as questões referentes ao dinheiro foram objeto de preocupação em outros tempos. Dessa forma, nos afastamos, momentaneamente, da ideia da educação financeira como criação exclusiva do neoliberalismo, por exemplo, mas de nenhum modo considerando que havia lá, em tempos remotos, uma pré-formação desse objeto: aqui é para ver como a temática era alvo de preocupação também em outros tempos, e como essas questões foram modificadas, reelaboradas e diversificadas segundo a *episteme* de cada época. Por fim, mostraremos como o **tema** da educação financeira pode constituir subjetividades e como pode ser constituída pela *episteme* atual.

Para isso, é necessário tecer algumas considerações sobre o que se entende e o que definimos por educação financeira.

### **Do que consideramos por educação financeira**

A educação financeira emerge na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um tema transversal a ser trabalhado em articulação com os conteúdos a serem ensinados na Educação Básica. Em matemática, por exemplo, há indicação de que no 4º ano se trabalhe porcentagem em **contextos de educação financeira**. A partir daí o tema se entrelaça com alguns conteúdos do eixo Números em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio. Mas, que contextos de educação financeira são esses? O que é, afinal, educação financeira? O fato da BNCC não definir o que é educação financeira torna ainda mais urgente a discussão junto aos professores sobre a inserção do tema em sala de aula.

Vale destacar que matemática financeira e educação financeira não são sinônimos. As propostas de educação financeira que hoje se apresentam ao ensino de matemática abrangem não somente conteúdos relacionados ao campo da matemática financeira, mas também aos outros conteúdos como razão, proporção, funções, e até mesmo aos conteúdos dos anos iniciais, como frações e porcentagem (BRASIL, 2018). Se buscássemos uma origem da matemática financeira e seu ensino, nos depararíamos com os cursos técnicos de comércio e industrial, entretanto, apesar de ser uma questão também importante, não é esse nosso objetivo de estudo. Situamo-nos justamente no ponto de pensar esse conhecimento na sua

---

<sup>6</sup> Foram analisados o texto “Econômico”, de Xenofonte, que faz parte do grupo de escritos socráticos de Xenofonte, ou seja, aqueles que têm Sócrates como protagonista, e foi escrito por volta do século IV a.C. Também foram analisados os textos “Antologia de textos”, de Epicuro (séc. IV/III a.C.); “Da natureza”, de Lucrécio (séc. I a.C.); “Consolação a minha mãe Helvia” e “Da tranquilidade da alma”, de Sêneca (séc. I a.C.); e “Meditações”, de Marco Aurélio (séc. II).

inserção na Educação Básica, ou seja, na abordagem da matemática financeira que extrapola os cursos técnicos, de modo que seja possível entender quais as condições de possibilidade internas e externas da inserção desse **tema** que chega até a escola: um tema que está para além dos cálculos e é chamado de educação financeira.

Sendo assim, consideramos a educação financeira como um conjunto de reflexões e/ou prescrições de conduta sobre dinheiro, seu uso e toda a relação que dele decorre. Nessa relação, existe toda uma carga de valores e moralidades articulados fazendo com que o tema possa, se inserido sem questionamentos e reflexões, acarretar formação não condizente com os objetivos da escola. Daí o destaque o termo tema, visto que ele ganha, nesta pesquisa, um entendimento como sendo uma prática discursiva que, teorizada, passa a ser um corpus de saber (científico, mas também ético, estético e político).

### **Conselhos sobre riqueza e bens na Antiguidade**

Considerando a educação financeira como um conjunto de reflexões e/ou prescrições de conduta para questões relacionadas ao dinheiro, analisamos textos da Antiguidade para ver e mostrar se as questões relacionadas ao uso do dinheiro, trabalho, riquezas, bens, patrimônios, ou seja, questões financeiras, e seu uso foram objeto de problematização e preocupação, alvo de prescrições de conduta, que perpassam as problemáticas de uma sociedade, cultural e historicamente situada.

#### Da administração da *oikia*

A obra “Econômico”, de Xenofonte, trata de conselhos socráticos para a administração da *oikia*, nome atribuído ao patrimônio familiar que engloba bens em dinheiro ou terras, adornos e mobiliário da casa, bem como valores éticos e tradição. Logo no início do texto, define-se a administração do patrimônio familiar como um saber como a medicina, a metalurgia ou a carpintaria. Saber administrar o patrimônio era, portanto, também um problema de outros tempos. Nessa direção, afirma-se, em Econômico, que “nem o dinheiro é riqueza para quem não sabe usar” (XENOFONTE, 1999, p. 6). Entretanto, vemos orientações bem específicas, histórico e culturalmente marcadas, e com preocupações outras das que conhecemos na contemporaneidade.

Os papéis do homem e da mulher no casamento, por exemplo, eram diferenciados. Para a relação entre esposa e esposo, os conselhos eram mais ligados ao que hoje chamamos de finanças do que para uma conduta sexual adequada, não por haver uma liberdade para o homem e restrições definidas pelo status, lei, costumes e castigos, mas porque havia uma

dissimetria essencial em relação à fidelidade bem definida na época<sup>7</sup>. Parece, então, que para a administração das riquezas e patrimônios eram necessárias algumas prescrições, que são apresentadas em “Econômico” na forma de conselhos. No que se refere ao papel da mulher, está no âmbito do cuidado com os bens e utensílios, deixando-os organizados para que soubesse prontamente onde está quando ela precisasse ou quando o marido solicitasse, e também para saber, apenas com um olhar rápido aos bens, que algo está faltando e pode ter sido roubado. A organização deveria levar em conta também um controle dos gastos, de um lado dispor o que devem gastar mensalmente e, de outro, o que deve durar um ano, “Assim, menor será a dificuldade de saber qual será o resultado no balanço final” (*Ibidem*, p. 50). Já o marido, através de seu trabalho externo à casa, faz com que os bens entrem na casa. Mas, concerne também ao marido a formação de sua esposa para que ela desempenhe bem o papel dela na administração da *oikia*.

No texto, há todo um aconselhamento direcionado aos homens, ou mais especificamente, à formação do que se chamava de homem belo e bom, que era aquele, dentre outras coisas, bem-sucedido financeiramente. Iscômaco, o personagem que dá conselhos para Sócrates no *Econômico*, define os princípios que tenta seguir para ser belo e bom: servir aos deuses, pois eles quem decidem sobre quem, dentre aqueles que tenham consciência de seus deveres e zelos, é concedido ser feliz; honrar com grandiosidade os deuses; ajudar os amigos se precisam de algo; não deixar a cidade, na medida em que pode, despojada de seus ornamentos, tornar forte a cidade (*Ibidem*). Este, cujas condutas deveriam ser orientadas junto a uma preocupação com os deuses e com a cidade, tinha o papel de formar a esposa e seus intendentess<sup>8</sup> no trabalho considerado como o melhor: a agricultura.

#### A temperança e o trabalho

É por uma questão de natureza, pelas características naturais do homem e da mulher, que os papéis eram definidos em trabalho externo para o homem e interno para a mulher. Questão, inclusive, relacionada ao belo e ao feio: “Para a mulher é mais belo ficar dentro de casa que permanecer fora dela e para o homem é mais feio ficar dentro de casa que cuidar do que está fora” (*Ibidem*, p. 39).

No trabalho externo, Iscômaco define a agricultura como sendo o melhor trabalho por ser uma arte nobre e fácil de aprender, e dá conselhos, mostrando que é ele mesmo quem forma os seus intendentess. Para estes, concede recompensas caso sejam honestos, ou seja, os intendentess podem enriquecer se usarem da honestidade: conselho de conduta para

<sup>7</sup> Foucault (2019, p. 202) afirma que “A temperança do marido diz respeito a uma arte de governar, de se governar e de governar uma esposa que é preciso conduzir e respeitar ao mesmo tempo, pois ela é, diante do marido, a dona obediente da casa”.

<sup>8</sup> Empregados responsáveis pelos negócios de Iscômaco quando ele precisava se ausentar.

determinados trabalhadores, os intendentos, ainda que de forma indireta e não central no texto, pois o foco é a ação do proprietário de terras. Além disso, Sócrates questiona se apenas boa disposição tornaria um intendente capaz, já que “os homens têm, por assim dizer, boa disposição para consigo mesmos, mas muitos deles não querem **esforçar-se** para obter os bens que querem possuir [...]” (*Ibidem*, p. 64, grifo nosso). Iscômaco responde que a estes é possível ensinar a ser zeloso, mas não são todos que são capazes de aprender isso, os tipos de pessoas que não são capazes são: os que não resistem ao vinho, os que não resistem ao sono e os que amam doentamente os prazeres do amor. Seria necessário, portanto, uma conduta temperante para que o sujeito fosse capaz de aprender um atributo necessário à sua formação para o trabalho como intendente na agricultura. A falta de esforço aqui parece ser remediável, o que não acontece com a intemperança.

Após uma longa conversa sobre preparo, plantio e colheita, Sócrates conclui junto a Iscômaco que ele sabe sobre agricultura e concorda com todas as decisões que Iscômaco tomaria referentes a essas etapas. Mas, então, qual seria o diferencial para ser bem-sucedido no trabalho da agricultura? Para os proprietários, o zelo e o cuidado são princípios a seguir quando se trata de agricultura, e isso diferencia os que vivem na abundância dos que não conseguem ter o necessário para sobreviver e que chegam a fazer dívidas: “Aí está, portanto, o que arruína os patrimônios mais do que a ignorância excessiva. Se as despesas saem das casas sem restrição, se a lavoura não produz de maneira lucrativa em relação à despesa, não se deve estranhar se, ao invés de fartura, tudo isso gera pobreza” (*Ibidem*, p. 94). Não se trataria de não dominar a arte ou as técnicas do seu trabalho, neste caso, da agricultura, que se constituiria como um problema, mas sim o cuidado e o zelo que o proprietário deve ter, a honestidade e a temperança que o trabalhador intendente deve exercer para também enriquecer e o bom controle das despesas da casa que passa pela ajuda da esposa, aquela que deve ser bem formada pelo marido. Moralidade da culpa que se apresenta e acompanha aquele que não foi zeloso e cuidadoso, não escolheu bem seus intendentos e não formou corretamente sua esposa, este tem culpa individual por ter feito dívidas ao não atentar para essas condutas prescritas.

#### Da inutilidade da riqueza

De um lado, podemos pensar que esses conselhos dados em relação ao governar a casa e a delegar funções tanto à esposa quanto ao intendente estejam ligados a ideia de uma busca pela riqueza. Entretanto, é importante analisar essa questão com um cuidado maior, e recorrendo também a outros textos.

Textos de Epicuro, Lucrécio, Sêneca e Marco Aurélio mostram que a sabedoria que deve orientar os homens ao lidar com a riqueza não se situa, naquele momento, apenas na

ordem do como se comportar para ganhar mais dinheiro, ou do como administrar o seu patrimônio, mas também e principalmente na relação moral que se deve ter para não se deixar levar pelas armadilhas de algo que, de acordo com Epicuro em sua “Antologia de textos”, não produz felicidade e bem-aventurança. O próprio enriquecer, em Epicuro, consistiria não em acrescentar mais riquezas, mas na diminuição dos desejos. Aqui, uma moralidade do desejo coloca o sujeito a pensar que seus desejos materiais não trarão felicidade, há uma recusa ou necessidade de diminuição do desejo material no epicurismo, ao passo que o sujeito contemporâneo deve ponderar entre desejo e necessidade, tanto para que não lhe falte dinheiro quanto para a aquisição de um outro desejo no futuro<sup>9</sup>.

De modo semelhante, em “Consolação a minha mãe Hélvia”, Sêneca coloca a relação da pobreza com as necessidades do corpo humano. Essas necessidades, quis a natureza que fossem fáceis de satisfazer, pois com pouco se nutre e com pouco se veste. Desse modo, afirma que se, apesar da pouca necessidade natural do ser humano, “desejar vestes de púrpura repleta de conchas, ou tecidos de ouro, ou bordadas com várias cores e pontos, ele é pobre por culpa não da sorte, mas sua” (SÊNECA, 1985a, p. 376). Moralidade da culpa, pois nesse caso a culpa não foi da sorte, mas do próprio sujeito. Moralidade também do desejo, que conduz a avaliar se ultrapassou as necessidades que a natureza deu ao corpo humano.

Em “Da Natureza”, Lucrécio considera a riqueza como acidental e não inerente: se chegar ou partir, não vai modificar a natureza dos corpos, e se não é útil ao corpo, também não é útil ao espírito. Com uma preocupação com o cuidado do corpo e do espírito, a riqueza se torna inútil a Lucrécio. Além disso, alerta sobre a avareza e a cobiça, que obrigariam “os pobres homens a ultrapassar os limites do direito e até a ser cúmplices e servidores do crime, a esforçar-se de dia e de noite, com trabalho sem par, por atingir os cimos da riqueza” (LUCRÉCIO, 1985, p. 144). O esforço aqui apresenta uma conotação negativa quando se trata de alcançar a riqueza, o que difere do esforço na contemporaneidade, que ganha contornos de algo necessário para se alcançar êxito e riqueza. Por outro lado, em Sêneca, vemos a necessidade do equilíbrio quando se trata de esforço no trabalho: “Quando o esforço se prolonga demais, ele acarreta à inteligência uma espécie de enfraquecimento e de abatimento. [...] Todavia, abusando deles [os prazeres], o espírito perderá sua elasticidade e seu vigor [...]. Suspensão e supressão não são absolutamente sinônimos” (SÊNECA, 1985a, p. 422). O esforço demasiado é que seria prejudicial ao homem, entretanto, a falta de esforço também não faria bem ao espírito. Consideramos que o *esforço* demasiado na época, além de ser considerado prejudicial, era considerado desnecessário, por dois motivos: primeiro, a riqueza não possui utilidade ao homem, já que o que o corpo necessita para sobreviver é

---

<sup>9</sup> Conforme podemos ver na tese de Souza (2021).

pouco; segundo, os fatores natureza, sorte e deuses tinham um peso relevante na determinação do destino do homem na época.

#### Da fortuna

Muito se fala nesses textos gregos e romanos sobre sorte, natureza e deuses... e esse conjunto parece ter um peso importante quando se trata de refletir sobre as condutas frente a riqueza ou a pobreza. Marco Aurélio, em “Meditações”, conta sobre a quem ele deve seus aprendizados. Dos deuses, ele deve o ter estado sob as ordens de seu pai, quem não se preocupava com requintes e quem o fez “compreender que é possível viver na corte sem necessitar de guarda pessoal, nem de roupagens aparatosas, nem lampadários, nem estátuas e objetos desse gênero igualmente faustosos, mas limitando-se quase ao teor de um simples particular [...]” (MARCO AURÉLIO, 1985, p. 483). Parece que aqui o pai tem um papel crucial nesses ensinamentos referentes ao equilíbrio relacionado às riquezas, bens e ornamentos necessário a um bem viver. Mas, há também menção aos deuses protetores e à Fortuna<sup>10</sup> por terem lhe proporcionado que ele pudesse acudir alguém em aperturas, e também que ele nunca tivesse que pedir emprestado a outrem. Ter riqueza, portanto, para que possa emprestar e para não precisar pedir emprestado. Algo semelhante ao que vemos no “Econômico” de Xenofonte, ao considerar-se homens de peso e vigorosos aqueles que, além de serem capazes de manter suas casas, economizam para ajudar os amigos e para ornar a sua cidade.

Aconselha-se, em “Meditações”, que é preciso conformar-se com o que a natureza e os deuses decidiram que acontecesse, pois se não foi para o bem individual, foi para o bem da comunidade. E, para que a vida necessariamente ocorra com felicidade, aconselha-se: entender que a felicidade não está nas riquezas, nem na glória, nem nos deleites, mas nos princípios que o tornam justos, temperantes e livres; acolher de bom grado tudo o que acontecer ao considerar-se parte do todo; não se preocupar demasiado, entendendo a brevidade da existência de cada um; e visar ao bem social.

A consideração de que a pobreza e a riqueza acontecem igualmente a bons e maus, de que depende mais da sorte e dos deuses do que da própria ação do indivíduo, indica que a moral do **esforço** aqui e no neoliberalismo tem configurações inteiramente diferentes. Nos primeiros séculos, tanto antes quanto depois de Cristo, o esforço deveria ser equilibrado e se direcionava mais no sentido de auxílio à comunidade e de preservação de princípios do que necessariamente um esforço em direção à riqueza, isso porque, pelo que mostram os textos, era da sorte e dos deuses que essa questão mais dependia. Nessa mesma direção, Sêneca indica que se deve aprender “a não ter nas mãos, por assim dizer, as ambições desenfreadas de

<sup>10</sup> Deusa romana do destino, conhecida por trazer boa ou má sorte.

uma alma sempre inclinada para o dia seguinte e a esperar a riqueza menos da sorte do que de nós mesmos” (SÊNECA, 1985b, p. 404). Nesse mesmo texto, Sêneca apresenta alertas sobre o que de maus efeitos a riqueza pode acarretar.

#### Dos maus efeitos da riqueza

A riqueza é considerada por Sêneca em “Da tranquilidade da alma” como a principal fonte das misérias dos homens pois, “comparando-se todos os nossos outros perigos, prazeres, doenças, temores, desgostos, sofrimentos e preocupações de toda espécie, com os males que nascem do dinheiro, será deste lado que muito claramente penderá a balança” (SÊNECA, 1985b, p. 404). Afirmando que é mais fácil não possuir do que perder, e que os ricos sentem os seus sofrimentos igualmente aos pobres, Sêneca mostra a verdadeira medida para o dinheiro: “não cair na pobreza, mas aproximar-se dela o mais possível” (*Ibidem*, p. 406).

Sobre o consumo, a prescrição é para habituar-se a manter o luxo a distância e a fazer uso dos objetos pela utilidade: “Comamos para matar a fome, bebamos para apagar a sede e reduzamos ao necessário a satisfação de nossos desejos. Aprendamos a andar com nossas pernas, a regular nosso vestuário e nossa alimentação, não sobre a moda do dia, mas sobre o exemplo dos antigos” (*Ibidem*, p. 406). Sobre os gastos excessivos, Sêneca alerta que não é mais moral comprar muitos livros do que desperdiçar dinheiro com vasos e quadros: a moral, ao comprar, deve ser avaliada pelo uso que se fará dos objetos, ou seja, no caso dos livros, se foram comprados não por um excesso de amor ao trabalho e sim para serem vistos e decorar as paredes, então não é moral comprá-los.

Para afastar os maus efeitos da riqueza, a indicação do que é moral comprar faz parte dos conselhos. Um **exercício de si** deve ser feito para avaliar se o consumo está atendendo às necessidades naturais do homem, ou se corresponde à sua externalidade, constituindo um adorno desnecessário.

Num jogo que também envolve utilidade, necessidade e desejo se formam as ideias de valor, moeda e preço no âmbito das análises da riqueza no Classicismo, ainda na direta dependência dos conselhos da Antiguidade ao considerar a economia “uma técnica e um saber da relação com o cosmos” (VIANA, 2017, p. 488), e a riqueza como relação do homem com o mundo físico, porém ainda associada ao mundo psíquico e afetivo.

#### As palavras e as coisas no domínio geral da riqueza

Foucault, em “As palavras e as coisas”, define a riqueza como um domínio geral, solo e objeto da economia nos séculos XVII e XVIII, “uma camada bastante coerente e muito bem estratificada, que compreende e aloja, como tantos objetos parciais, as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda, de interesse” (FOUCAULT, 2000, p. 226).

Segundo ele, a riqueza seria o lugar de similitude no que se refere a uma conexão de necessidade da análise da moeda, do valor, do comércio e dos preços, que vai se atualizando e se modificando conforme a episteme no Renascimento, Classicismo e Modernidade.

O Renascimento, por exemplo, funda as funções de medida e substituto para o metal, pelo seu caráter intrínseco de ser ele mesmo precioso. Já no século XVII, na época em que emerge a corrente de pensamento econômico chamada mercantilismo, há um deslocamento dessa análise para a função de troca, criando-se as qualidades de medir e de receber um preço e fazendo da moeda um instrumento de representação da riqueza, e da riqueza o conteúdo representado pela moeda.

No século XVI, uma série de problemas relacionados ao preço e à substância monetária se coloca. O metal aparecia como signo medindo riquezas sendo ele próprio uma riqueza. Era necessário que esses signos fossem preciosos, raros e úteis e que essas qualidades fossem estáveis para que pudessem dizer o preço. Diferentemente da Idade Média, em que o príncipe ou o consenso popular fixavam o valor *impositus* da moeda, no século XVI era preciso voltar ao que a moeda já havia sido outrora: estimada somente pelo seu peso. “Não se fazia valer signos arbitrários por marcas reais; a moeda era uma justa medida, porque não significava nada mais que seu poder de aferir as riquezas a partir de sua própria realidade material de riqueza” (FOUCAULT, 2000, p. 231), ou seja, a moeda não era considerada somente representação de uma medida, mas como detentora de um valor próprio, ela era a medida em si mesma.

Ao considerar a moeda como instrumento de representação da riqueza, o ouro e a prata, metais com os quais eram feitas as moedas, são apenas signos instrumentais e não riqueza em si mesmos: “É por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. Desde logo, a relação tão estreitamente fixada no século XVI é invertida: a moeda (e mesmo o metal de que é feita) recebe seu valor de sua pura função de signo” (*Ibidem*, p. 239). Sendo assim, no mercantilismo, o valor das coisas não se define mais pelo metal, com seu peso, raridade e preciosidade, mas é pela necessidade, utilidade, prazer ou raridade que as coisas, por si mesmas e na relação umas com as outras, assumem determinado valor, e “o metal permitirá somente representar esse valor, como um nome representa uma imagem ou uma idéia, mas não a constitui” (*Ibidem*, 2000, p. 240).

Entretanto, a questão representacional da moeda é novamente posta em questão, numa oposição entre mercantilistas e fisiocratas que, dentre outras divergências, como a base da riqueza ser o comércio ou a agricultura, formavam uma oposição entre as ideias de moeda-signo e moeda-mercadoria. O que Foucault alerta é que essa oposição seria superficial se levarmos em consideração o saber que tornou as duas ideias possíveis ao mesmo tempo.

Num caso, a moeda, aliviada em si mesma de todo valor mercantil, mas assegurada

por um valor que lhe é exterior, é aquilo “pelo qual” se trocam mercadorias; no outro caso, a moeda, tendo em si um preço, é ao mesmo tempo aquilo “pelo qual” e “para o qual” se trocam as riquezas. Em ambos os casos, porém, a moeda permite fixar o preço das coisas graças a certa relação de proporção com as riquezas e a certo poder de fazê-las circular (*Ibidem*, p. 252).

Assim como um nome tem o poder de representar várias coisas, uma mesma unidade monetária também tem o poder de representar várias coisas ao circular: passa pelo operário como salário, como renda ao proprietário, e etc. Sendo assim, a moeda vai representar mais riquezas quando circula mais rapidamente. Nesse sentido, coloca-se no século XVIII um problema que não é o saber de que modo o dinheiro é gasto ou acumulado, ou sob quais mecanismos circula ou paralisa, “mas sim, qual a quantidade necessária de moeda para que, num dado país, a circulação se faça bastante veloz, passando por um número bastante elevado de mãos” (*Ibidem*, p. 256). A circulação não deve ser frouxa nem cerrada em demasido para que os preços estejam ajustados.

Os fisiocratas consideravam os excedentes dos plantios como riqueza, aliás, mais do que isso, defendiam ser a única forma de se produzir riqueza, não acreditando, como faziam os mercantilistas, que o comércio e a fábrica poderiam desempenhar esse papel. A natureza, entretanto, não produz valores espontaneamente, mas a troca transforma os supérfluos em valores, com um certo consumo de bens, de despesas, como transporte, salários etc. O supérfluo, o excedente, não teria valor por si mesmo, mas se tornaria valor quando das substituições. Pode-se dizer que os fisiocratas iniciam a análise pela própria coisa, a qual seria preexistente ao sistema das riquezas.

O que comumente se entende sobre o processo de troca de bens ou mercadorias é que se encontra aí uma ideia de equivalência ou mesmo uma igualdade. Porém, nos alerta Foucault, o processo da troca é algo simples apenas na aparência e, o que se troca não são igualdades, mas sim desigualdades, “o que quer dizer que dos dois lados — e ainda que cada elemento do mercado tenha tido uma utilidade intrínseca — adquire-se mais valor do que se possuía. Em vez de duas utilidades imediatas, dispõe-se de duas outras que são reputadas capazes de satisfazer necessidades maiores” (*Ibidem*, p. 274).

Com a ideia de utilidade como criação de valor se formaria outra corrente de pensamento econômico: o utilitarismo. Foucault elenca duas maneiras, defendidas pelos utilitaristas, pelas quais a troca cria valor: tornando úteis coisas que seriam de utilidade fraca, ou mesmo nula, por exemplo, um diamante para quem tem fome não tem valor, mas basta alguém que dê importância ao luxo para que este objeto tenha valor na troca, e faça nutrir aquele que tinha fome; e fazendo nascer um tipo de valor apreciativo, ultrapassando a simples necessidade ao organizar uma relação recíproca entre as utilidades. Mas, o que difere as duas

correntes do pensamento econômico – fisiocracia e utilitarismo – é a disposição dos elementos numa ordem inversa: os utilitaristas partem da troca das utilidades como determinante do valor de todas as coisas, a necessidade que se satisfaz cria esse valor e as transformações realizadas para satisfazer outras necessidades o aumentam, enquanto os fisiocratas explicam a determinação dos valores pela própria existência da riqueza.

O objeto do saber da modernidade se forma nesse recuo do Classicismo com seu modo de ser da representação. Foucault não quer dizer que a filologia, a biologia e a economia política se constituem no lugar da gramática geral, da história natural e da análise das riquezas, mas sim no espaço que esses saberes deixavam em branco.

Essas modificações ocorridas no século XVIII trazem para a análise da formação do valor a produção como fundamental, substituindo a troca no espaço do saber. Nesse âmbito, especialmente com a teoria desenvolvida por Adam Smith, outro elemento se torna central quando se trata do estabelecimento de uma medida constante entre os valores das coisas: o trabalho como representação de toda mercadoria e toda mercadoria como representação do trabalho. Entretanto, ainda que mantendo o trabalho como central na determinação do valor das coisas, David Ricardo – e o pensamento econômico já em meados do século XIX – afasta-se da ideia do trabalho como signo e considera-o como um produto fonte de todo valor, pois todo valor é extraído originalmente do trabalho. Com Ricardo, as riquezas não se encontram mais num sistema de equivalências, mas são determinadas segundo suas condições de produção e a quantidade de trabalho que as produziram, e “O sistema econômico torna-se uma série causal derivada de atualizações do trabalho que se aplicam umas às outras na medida em que se trocam” (VIANA, 2017, p. 493). O trabalho como atividade econômica, segundo Foucault (2000), só apareceu na história quando a humanidade se viu diante da ameaça de morte, ou seja, quando se tornou numerosa demais para sobreviver do que a terra produz de forma espontânea. O início do século XIX figura, tanto com Ricardo quanto com Marx, a relação da historicidade da economia nas formas de produção e a finitude da existência humana como relação direta com o trabalho. É possível ler em Souza (2021) como o educar financeiro que emerge nos livros de matemática, de outras épocas e da contemporaneidade, relaciona-se com o trabalho acompanhando a atualização e as modificações que ocorrem com essa atividade econômica.

O século XVIII marcou ainda o deslocamento de um governo estruturado institucional e mentalmente pelo modelo da soberania que tinha a família como modelo para uma arte racional de governar a população, ou seja, para uma governamentalidade. Nesse âmbito, a palavra economia, que se referia ao conjunto da família e da casa anteriormente ao século XVIII, passa a designar “um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história”

(FOUCAULT, 2017, p. 414). A família como modelo de governo desaparece e se torna instrumento privilegiado para governar a população, pois apesar da população produzir efeitos econômicos que não são reduzíveis ao âmbito familiar, é pela família que se deve passar quando se quiser obter algo da população, como comportamentos sexuais, ajustes demográficos, consumo, etc.

Vimos que as conceituações sobre a moeda foram centrais quando se trata de definir riqueza e discorrer sobre o processo da troca, atravessaram o pensamento pré-moderno e se estendem até a modernidade. Suscita-se o problema da concepção de moeda no âmbito da economia, da filosofia e das ciências sociais também na contemporaneidade, especialmente após a crise financeira ocorrida em 2007, “em que a ontogênese, o sentido social e afetivo, a natureza e o poder da moeda são postos em exame, como cerne da configuração histórica em que a referida crise se fomentou e eclodiu” (VIANA, 2017, p. 484). As questões sobre a moeda, segundo Viana (2017), passam a ser pensadas em diversas esferas, como antropológica, sociológica e psicológica, e de modos diversos que ultrapassam o campo da pura troca. Para citar um exemplo apresentado pelo autor, os economistas Michel Aglietta e André Orléan introduzem a noção de violência na problemática da moeda pós crises financeiras do século XX, buscando reinserir a esfera econômica para além do meramente financeiro, considerando a moeda como um terceiro elemento intermediário nos conflitos dos processos de troca que confere uma expressão social a essa violência.

Em “A hermenêutica do sujeito”, Foucault (2010) apresenta as práticas de si que se formam a partir do período helenístico colocando em suspeição o **cuida-te de ti mesmo** e, do pensamento socrático-platônico e cristão, o **conhece-te a ti mesmo**. A partir dessa época, segundo Foucault, ocorre um desenvolvimento da **cultura de si**.

Entretanto, é preciso entender que as práticas de si dentro da cultura de si operam diferenças importantes no decorrer das épocas. A modificação da centralidade do cuidar de si para o conhecer a si não consiste numa diferença sutil como pode parecer. Nos gregos e romanos antigos, ou no chamado período helenístico, o cuidado de si, o ocupar-se consigo mesmo, se referia à prática de exercícios diversos que levariam o sujeito a alcançar a verdade de si pela espiritualidade, ou seja, operavam-se mudanças em si mesmo pela prática. Do cuidado de si modifica-se para o conhece-te a ti mesmo do período socrático-platônico e do cristianismo, uma cultura de uma verdade imutável da alma na qual não se busca transformar-se, mas alcançar um conhecimento já pronto, pré-concebido, que se constituirá como a verdade do sujeito. No cristianismo, um conhecer a si mais no sentido do que podemos chamar de uma renúncia de si, e no pensamento socrático-platônico como uma busca pelo conhecimento e a relação da alma com a verdade.

**Conhecer a si no contexto neoliberal**

Há uma mudança radical entre o que seria uma cultura de si contemporânea e aquela estudada por Foucault, e que remete aos primeiros séculos antes e depois de Cristo. Na cultura de si antiga o foco era a construção de si mesmo, isto é, o cuidado de si tinha como meta um processo de subjetivação, através do qual um sujeito, em princípio assujeitado pelas relações de poder, é **capaz de agir sobre si mesmo, transformando-se e criando-se**. Não se concebia uma “essencialidade” do sujeito, um núcleo interior inalienável; ele é sempre construção, mais heterônoma às vezes, mais autônoma outras vezes, mas sempre produzido.

Numa suposta “cultura de si” contemporânea, animada pelas técnicas psi, pensa-se numa **“verdade intrínseca de si mesmo”, que pode ser acessada e recuperada por essas técnicas**. Não se trata, pois, de um processo de criação de si mesmo, mas de uma suposta redescoberta de si (GALLO, 2019, p. 11, grifos nossos).

No que se refere a essa busca pela essência ou verdade do sujeito em detrimento de uma transformação e criação de si, podemos ver na sociedade contemporânea a ampliação de técnicas para acesso a esse conhecimento, para a modelização de uma determinada subjetividade, visto que ocorre

A multiplicação da intervenção de psicólogos, sociólogos e outros especialistas no trabalho sobre si; o desenvolvimento do *coaching* para os assalariados das camadas superiores, e do acompanhamento individual obrigatório para os trabalhadores pobres e os desempregados; a explosão das técnicas de cuidado de si na sociedade são sintomas das novas formas de governo dos indivíduos que passam também, e sobretudo, pela modelização da subjetividade (LAZZARATO, 2013, p. 110, tradução nossa, grifos do autor).

Esta educação financeira que vemos emergir para as aulas de matemática seria uma outra intervenção?

Em sua tese, Vargas (2012) tem como objetivo analisar os programas de Educação Financeira, que foram estendidos das instituições financeiras para a escola, articulando as noções de governabilidade e empreendedorismo. Ao apresentar anúncios de revistas e jornais, o autor exemplifica “[...] uma preocupação em educar financeiramente toda a população” (*Ibidem*, p. 19). Os documentos centrais analisados em sua pesquisa são os provenientes do Programa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e do Programa do Banco Santander de Educação Financeira, e o autor conclui que

as relações dos alunos com os projetos que envolvam a temática da Educação Financeira podem produzir sujeitos econômicos que sejam capturados pelo discurso de ser empreendedor de si mesmo, pois só assim serão transformados em investidores e profissionais criativos, proativos e, portanto, clientes em potencial do mercado financeiro (*Ibidem*, p. 110).

Afirma, ainda, que ser empreendedor de si mesmo é uma ideia presente na Educação Financeira levada para a escola, e tem o objetivo de formar indivíduos que possam conduzir sua própria conduta, diminuindo assim o compromisso do Estado para com os indivíduos em momentos de doenças, desemprego, aposentadoria etc. É o que Foucault (2018) chama de política social privatizada: cabe ao próprio indivíduo proteger-se dos riscos da vida com sua

reserva privada.

Dessa forma, o empresariamento de si não significa uma conquista de autonomia por parte do sujeito, mas uma saída neoliberal que converte “cada pessoa em empresária de si mesma, deste modo se desculpabiliza e subtrai a importância das políticas vigentes; se oculta a responsabilidade das políticas estruturais que o Estado implementa” (SANTOMÉ, 2017, p. 87, tradução minha). Segundo Vargas (2012), a “[...] inclusão de um projeto/disciplina de Educação Financeira é regida pela racionalidade neoliberal do Estado, constituindo-se em uma técnica biopolítica: trata-se, efetivamente, de um tipo de ação biopolítica agenciada pelo Estado” (*Ibidem*, p. 110).

Na era dos coachs e de uma educação financeira, não cabe o quesito natureza, sorte ou destino, como vimos emergir nos textos da Antiguidade grega e romana, cabe tão somente o esforço individual: controlar os gastos, planejar, tomar boas decisões financeiras, empreender, economizar, investir, acordar antes de todos, concorrer e competir com o outro: eis a receita dita infalível para o sucesso financeiro do sujeito neoliberal.

A educação financeira chega atualmente aos conteúdos de matemática extrapolando o ensino de cálculos, isso porque a economia envolveria mais questão de *escolha* do que de cálculo.

O cálculo pressupõe dados, e pode-se considerar até que é determinado pelos dados [...] A escolha é mais dinâmica, implica criatividade e indeterminação. É o elemento propriamente humano da conduta econômica. [...] uma máquina pode calcular, mas não pode escolher. A economia é uma teoria da escolha. E, em primeiro lugar, a dos consumidores, **novos soberanos ativos** que procuram o melhor negócio, o melhor produto que corresponderá a sua própria construção de fins e meios, isto é, seu plano (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 141, grifos nossos).

A concepção de novos soberanos se conecta com a figura do empresário de si. No Renascimento, emerge a ideia de um homem soberano em relação a natureza e ao mundo, aquele que ditava a ordem do mundo. Entretanto, atualmente, os novos soberanos, inseridos numa determinada cultura de si, são os consumidores os quais devem fazer as suas escolhas a partir de uma verdade do sujeito, de uma verdade pré-concebida.

Dessa forma, torna-se urgente ponderar sobre a condição em que os professores que ensinam matemática recebem a inserção desse tema, tanto pela BNCC quanto pelos livros e materiais didáticos, pois não tem sido algo discutido e problematizado na sua formação inicial. Nesse extrapolar, o ensino de cálculos e/ou conteúdos que comumente se ensina no espaço escolar, pondera-se: sobre quais atitudes o professor que ensina matemática precisaria estar alerta para educar financeiramente na escola?

### Considerações finais

Pelo que se pode denominar de “História do Presente”, junto a Michel Foucault, seria

necessário desconstruir um conjunto de noções que criam saberes para examinar as condições que produziram nossas práticas atuais, os saberes tidos como verdades. Ora, na atualidade e num contexto neoliberal, uma educação financeira se coloca no currículo de matemática no século XXI, extrapolando o ensino de cálculos e passando a um educar que está diretamente envolvido com certas noções sobre dinheiro, trabalho, poupar e investir, e que podem envolver certos valores morais e éticos.

Em linhas gerais, vê-se que na Antiguidade, os maus efeitos da riqueza eram objetos de preocupação, e o conselho de Sêneca é que se deveria manter o luxo a distância e fazer uso dos objetos pela sua utilidade: não é mais moral comprar muitos livros do que desperdiçar dinheiro com vasos e quadros se for para deixá-los na estante. Conselhos de conduta de outrora para o que hoje chamamos de finanças. Ora, apesar de não se tratar de uma pré-formação da educação financeira que se apresenta no século XXI para a escola, podemos ver que a preocupação com o tema perpassa as problemáticas da sociedade, cultural e historicamente situada. Vimos, ainda, que as noções de riqueza, valor e moeda são diretamente relacionadas a ideias históricas de âmbito social e político. Essas noções são atreladas ao próprio material do qual é feita a moeda, a uma representação de utilidade, à agricultura, ao comércio ou ao trabalho, enfim, noções que continuam sendo atualizadas ao longo do tempo.

Ao analisar a trama de fios que constituem o tema educação financeira para as aulas de matemática, vemos que as condições de possibilidade externa, como a emergente constituição de identidades neoliberais, a atualização do que se entende por riqueza e bens e as atitudes requeridas frente a questões deste âmbito, encontram uma condição de possibilidade interna, que é a educação matemática como um lugar que, ao longo da história, desempenha funções econômicas a partir de determinados conteúdos acadêmicos que a constituem. Disso tudo pois, mister finalizar instigando o pensar com problemas, tais como: De que outras maneiras a educação matemática têm constituído e sido constituída pelos sujeitos? Que outros temas têm se entrelaçado aos conteúdos de matemática que ensinamos na escola?

## Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GALLO, S. *Michel Foucault e a construção conceitual do cuidado de si*. Linha Mestra, v. 37, n. 1, p. 5-12. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/176/217>.
- LAZZARATO, M. *La fábrica del hombre endeudado: ensaio sobre la condición neoliberal*. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- LUCRÉCIO, T. Da natureza. In: EPICURO, et. al. *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 82-284.
- MARCO AURÉLIO. Meditações. In: EPICURO, et. al. *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 478-587.
- OCDE. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. OCDE: 2005.
- SANTOMÉ, J. T. *Políticas educativas y construcción de personalidades neoliberais e neocolonialistas*. Madrid: Ediciones Morata S.L., 2017.
- SÊNECA, L. A. Consolação a minha mãe Hélvia. In: EPICURO, et. al. *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985a, p. 362-387.
- SÊNECA, L. A. Da tranquilidade da alma. In: EPICURO, et. al. *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985b, p. 388-424.
- SOUZA, J. I. *Educação financeira: práticas discursivas na educação matemática*. 2021. 132 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- VARGAS, P. R. R. *Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar*. 2012. 121 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- VIANA, D. Moeda e troca na constituição moderna. *Econ. soc.*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 483-510, ago. 2017.
- XENOFONTE. *Econômico*. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## **SOBRE OS AUTORES**

**JÉSSICA IGNÁCIO DE SOUZA**. Doutora em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Mestre em Educação (UFSC). Licenciada em Matemática (UNISUL). Professora de matemática na Educação Básica. Integrante do Grupo de Estudos Contemporâneos e Educação Matemática-GECEM.

**CLÁUDIA REGINA FLORES**. Professora titular no Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação (UFSC), e no Programa de Pós-Graduação em

Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Pesquisador Produtividade CNPq. Líder do Grupo de Estudos Contemporâneos e Educação Matemática-GECEM.

Recebido: 23 de fevereiro de 2022.

Revisado: 11 de abril de 2023.

Aceito: 13 de abril de 2023.